

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1366994 - GO
(2018/0242880-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : JOAO NUNES DE BASTOS
EMBARGANTE : MARIA PEREIRA NUNES
ADVOGADA : CLARICE PEREIRA PINTO - DF014610
EMBARGADO : AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A
ADVOGADO : CARMEM LÚCIA DOURADO - GO012943

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/15. NÃO INDICAÇÃO DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER PROTELATÓRIO. ART. 1.026, § 2.º, DO CPC/15. MULTA DE 1% (UM POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. No caso em que a parte embargante não aponta nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, limitando-se à reiteração do agrado interno, bem como à rediscussão de questões desenvolvidas no apelo nobre, revelam-se protelatórios os aclaratórios, o que atrai a incidência da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

3. Embargos declaratórios rejeitados com aplicação de multa.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator